

CONTEÚDO CONSTITUCIONAL MPT

Paulo Lépure

1.	a.	Direito Constitucional. Origem, objeto, formação e fontes. Relação do Direito Constitucional com outras ciências.....	57
	b.	Constitucionalismo. Formação. Constitucionalismo moderno e Estado Constitucional. Constitucionalismo social. Constitucionalismo contemporâneo: neoconstitucionalismo, transconstitucionalismo e cosmopolitismo.....	58
	c.	Formação do constitucionalismo brasileiro: fases colonial, monárquica e republicana. Formação histórica das constituições brasileiras.....	61
	d.	Constituição: conceito, concepções teóricas, sentidos material e formal, classificação, estrutura, funções, objeto e conteúdo.	62
2.	a.	Normas constitucionais: teoria, conceito, estrutura, classificações. Eficácia e aplicabilidade. Efetividade e força normativa da Constituição. As normas constitucionais no tempo e no espaço. Teoria da recepção. Preâmbulo. Disposições constitucionais transitórias.....	67
	b.	Hermenêutica e interpretação constitucional: teoria, classificação e métodos. Princípios hermenêuticos. Nova hermenêutica constitucional. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Exame de ponderação. Interpretação conforme a Constituição.	71
	c.	Regras e princípios constitucionais: critérios distintivos, funções e eficácia. Princípios fundamentais na Constituição de 1988. Princípio do Estado Democrático de Direito. Princípio da dignidade da pessoa humana. PrincípioS da proteção social do trabalho e da livre iniciativa.	75
	d.	Papel do direito comparado e das normas e jurisprudência internacionais na interpretação constitucional.....	78
3.	a.	Poder Constituinte: teoria, conceito, natureza, classificação, titularidade, formas de manifestação e exercício. Poder Constituinte originário: exercício e processo constituinte. Reforma constitucional: poder, limites e processo. Cláusulas pétreas expressas e implícitas. Revisão e emenda constitucional. Mutação constitucional	79
	b.	Supremacia e rigidez constitucional. Controle de constitucionalidade: teoria, conceito, requisitos e espécies. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade: evolução histórica, critérios e modos de exercício. Jurisdição constitucional. Estado de coisas inconstitucional. Diálogo do STF com outras Cortes Constitucionais e Internacionais.....	82
	c.	Controle concreto de constitucionalidade. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Súmulas vinculantes.	87
	d.	Controle abstrato de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, arguição de descumprimento de preceito fundamental: teoria,	

	processo, normatividade e jurisprudência. Decisões no controle jurisdicional de constitucionalidade: conteúdo, extensão e efeitos.	92
4.	a. Direitos e garantias fundamentais: teoria geral, evolução histórica, características, funções, titularidade e aplicabilidade. Dimensão objetiva e subjetiva. Eficácia vertical e horizontal. Concorrência entre direitos fundamentais. Limites: núcleo essencial e proporcionalidade. b. Direitos fundamentais sociais: evolução, natureza, efetividade, proteção e judiciabilidade. Proibição do retrocesso. Mínimo existencial e reserva do possível. Situação de calamidade pública. Jurisprudência do STF em matéria trabalhista. c. Abertura material dos direitos fundamentais. Tratados de Direitos Humanos: incorporação, hierarquia e jurisprudência do STF. Bloco de constitucionalidade.....	111
5.	a. Direitos e garantias fundamentais na Constituição. Direito à vida. Direito de igualdade. Direito de liberdade. Direito à privacidade. Direito de propriedade. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito de nacionalidade. Direitos políticos e de cidadania. b. Direitos fundamentais processuais: acesso à justiça, assistência jurídica integral, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, inafastabilidade da jurisdição, tutela jurisdicional adequada e efetiva, juiz e promotor natural, produção de provas, motivação das decisões e duração razoável do processo. c. Ações constitucionais. Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo e mandado de injunção. Ação popular.	112
6.	a. Direitos fundamentais sociais na Constituição. b. Solidarismo constitucional. Objetivos da República Federativa do Brasil. Fundamentos da ordem social, econômica e financeira. Justiça social. Pleno emprego. Redução das desigualdades. Função socioambiental da propriedade. Ações afirmativas. c. Direitos fundamentais dos trabalhadores. Evolução constitucional. Direito à proteção estatal. Direito à isonomia. Direito à saúde e segurança. Direitos de personalidade nas relações de trabalho. d. Organização sindical na Constituição. Direito de greve. Representação dos trabalhadores nas empresas.....	112
7.	a. Organização do Estado brasileiro. Estado federal: conceito, características, sistema de repartição de competências. Teoria dos poderes implícitos. b. Organização político-administrativa. União, Estados-membros, Municípios, Distrito Federal e Territórios: organização, competências e autonomias. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Intervenção federal e estadual.....	161
	b. Administração Pública. Princípios e normas de organização. Agentes políticos e administrativos. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Responsabilidade civil do Estado.....	175
8.	a. Princípio da separação de poderes. Conceito, evolução e objetivos. Independência e harmonia entre poderes. Mecanismos de freios e contrapesos.	186
	b. Poder Executivo. Organização. Atribuições e responsabilidades. Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. Medidas provisórias.	187
	c. Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissão Parlamentar de Inquérito.....	192
	d. Poder Judiciário. Organização e competências. Garantias. Órgãos e competências. Conselho Nacional de Justiça. Normas constitucionais relativas à magistratura. Supremo Tribunal Federal.....	208
	e. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Conselho Nacional do Ministério Público: organização e competências.....	222

9. a.	Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica. Política urbana, política agrícola e fundiária e sistema financeiro nacional.....	236
b.	Ordem social. Seguridade social. Educação e Cultura. Comunicação Social. Família, criança, adolescente, idoso e indígenas. Meio ambiente: conceito, abrangência, proteção constitucional e competência legislativa. Princípios constitucionais aplicáveis à proteção do meio ambiente.	238
c.	Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças armadas e segurança pública.....	248
d.	Calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Emenda Constitucional nº 106/2020.	251

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS HUMANOS SOCIAIS

Paulo Lépre

1.A.	Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, terminologia, formação histórica, classificação, dimensões e fundamentos. Dignidade da pessoa humana	257
1.B.	Características dos Direitos Humanos. Progressividade e proibição do retrocesso. Universalidade e relativismo cultural. Multiculturalismo	260
1.C.	Fontes internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Constituição Federal de 1988 e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil: elaboração, incorporação, hierarquia e denúncia.....	261
2.A.	Interpretação dos Direitos Humanos. Interpretação conforme os Direitos Humanos. Princípios. Relação com os direitos fundamentais. Dimensão subjetiva e objetiva. Eficácia horizontal. Restrições, núcleo essencial e aplicabilidade. Duplo controle de proteção de direitos no Brasil. Bloco de constitucionalidade. Controle de convencionalidade e de constitucionalidade. Abuso no exercício de Direitos Humanos. Estado de emergência. Resolução de conflitos entre Direitos Humanos. Princípio da proporcionalidade. Convenção de Viena de 1969	262
2.B.	Alcance subjetivo dos Direitos Humanos: titulares e obrigados. Deveres de respeito, proteção e promoção. Empresas transnacionais e Direitos Humanos: Princípios Orientadores Sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Diretrizes nacionais sobre empresas e Direitos Humanos....	264
3.A.	Sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Estrutura normativa. Espécies. Força vinculante dos tipos de deliberações internacionais. Coordenação e conflito entre decisões internacionais. Subsidiariedade da jurisdição internacional de Direitos Humanos	264
3.B.	Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Carta da Organização dos Estados Americanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e seu protocolo adicional (Protocolo de San Salvador), Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte, Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência, Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	265
3.C.	O Estado brasileiro e o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos: exercício da cidadania. Mecanismos unilaterais de proteção dos Direitos Huma-	

nos. Mecanismos coletivos de proteção dos Direitos Humanos: político e quase judicial. Comissão Interamericana de Direitos Humanos: composição, formas de provocação e condições de admissibilidade. Procedimento. Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição, mandatos e juiz ad hoc, legitimidade ativa e passiva. Procedimento. Jurisdição consultiva.....	268
3.D. Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos relacionadas à temática do trabalho.	269
4.A. Ministério Público e defesa dos Direitos Humanos. Princípios Relativos ao Estatuto das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípios de Paris)	269
4.B. Direito Internacional dos Refugiados. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR. Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo adicional. Convenção da Organização da União Africana sobre Refugiados. Declaração de Cartagena. Modelo brasileiro de proteção aos refugiados. Características e requisitos legais. Refúgio e asilo. Princípio da proibição da devolução (<i>non-refoulement</i>). Migrações. Lei de migração. Princípios e garantias.	269
4.C. Implementação das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Cumprimento das obrigações de pagar, fazer e não fazer. Supervisão de cumprimento.	270
4.D. Justiça de transição.	270
5.A. Carta Internacional de Direitos Humanos. Conferência Mundial. Declaração do Milênio das Nações Unidas e a Agenda 2030 da ONU. Direito de livre determinação. Direito dos povos indígenas e das minorias. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007.	271
5.B. Direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso. Direito das pessoas com deficiência. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo. Direito à igualdade. Dimensões da igualdade e dever de inclusão. Igualdade étnico-racial. Direito a não discriminação.....	272
5.C. Organização Internacional do Trabalho: formação histórica. Órgãos. Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. Promoção do Trabalho Decente. Convenções Fundamentais: números 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182. Recomendações: números 146, 190, 198 e 204. Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). Monitoramento e apuração de violações. Controle periódico e procedimentos especiais. Comitê de Peritos e Comissão Tripartite. Requisitos de admissibilidade da reclamação e da queixa. Comitê de Liberdade Sindical e Comissão de Inquérito.	273
6.A. O Direito das Vítimas. Vitimologia. Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução nº 40/34, da ONU). Princípios e diretrizes básicas sobre o direito a recurso e reparação para vítimas de violações e flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações graves do direito internacional humanitário (Resolução nº 60/147 da ONU). Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas (Resolução CNMP nº 243, de 18 de outubro de 2021).....	274

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Henrique Correia

1. Direito do trabalho	283
2. Fontes do direito do trabalho	290
3. Princípios do Direito do Trabalho.....	292

4.	Interpretação do direito do trabalho	295
5.	Integração	298
6.	Aplicação do direito do trabalho	299
7.	Eficácia das normas trabalhistas	299
8.	Flexibilização e desregulamentação	302
9.	Renúncia e transação	303
10.	Sujeitos do contrato de trabalho	305
10.1.	Empregado	305
10.2.	Requisitos da relação de emprego (art. 3º da CLT)	305
10.3.	Mutações da subordinação	306
10.4.	Elementos não essenciais da relação de emprego	307
10.5.	Trabalho em domicílio e teletrabalho (ou trabalho remoto)	307
10.5.1.	Nova regulamentação do teletrabalho dada pela Lei nº 14.442/2022	309
10.6.	Fraudes para descaracterizar a relação de emprego (zonas cinzentas)	310
10.7.	Carteira de Trabalho e Previdência Social	310
10.8.	Registro de empregados	312
10.9.	Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	313
10.9.1.	Peculiaridades dos Empregados Rurais	314
10.9.2.	Contrato Temporário Rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73)	315
10.10.	Trabalho doméstico	316
11.	Empregado público	322
12.	Altos empregados	328
13.	Contratos de trabalho especiais	330
13.1.	Bancário	330
13.2.	Bombeiro civil	332
13.3.	Motorista profissional	332
13.4.	Atleta profissional	338
13.5.	Artista	339
13.6.	Jornalista	341
13.7.	Professor	342
13.8.	Aeronauta	344
13.9.	Aeroviário	345
13.10.	Serviços em frigoríficos	345
13.11.	Trabalho em minas de subsolo	346
13.12.	Trabalho aquaviário	346
13.13.	Trabalho do preso	347
14.	Discriminação do trabalhador	348
15.	Empregador	358
15.1.	Grupo econômico	358
15.1.1.	Responsabilidade solidária e subsidiária	359
15.2.	Consórcio de empregadores	359
15.3.	Cadeias produtivas e proteção ao trabalho	360
15.4.	Sucessão de Empregadores	361
15.5.	Sócio retirante	363
15.6.	Poderes do Empregador	365

15.7.	Responsabilidade civil do empregador	369
15.8.	Digitalização da sociedade.....	370
16.	Relações de trabalho <i>lato sensu</i>	373
16.1.	Trabalhador autônomo	373
16.1.1.	Profissionais liberais.....	374
16.2.	Trabalhador eventual	374
16.3.	Trabalhador voluntário	374
16.4.	Trabalhador avulso	375
16.4.1.	Trabalhador avulso portuário.....	375
16.4.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	376
16.5.	Cooperado.....	376
16.6.	Estágio.....	377
16.7.	Representante comercial	378
16.8.	Trabalhador indígena	379
16.9.	Trabalho contratado por equipe	380
16.10.	Corretor de imóveis.....	380
16.11.	Transportador autônomo de cargas	380
17.	Trabalho infantil.....	381
18.	Proteção do trabalho do adolescente	386
18.1.	Das Férias do Empregado Adolescente	386
18.2.	Dos direitos de profissionalização e à proteção de grupos vulneráveis	387
18.3.	Trabalho educativo.....	387
18.4.	Aprendiz.....	388
18.5.	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)	392
19.	Proteção do trabalho da mulher.....	394
19.1.	Licença-maternidade.....	396
19.1.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF).....	398
19.1.2.	Tema correlato: Licença-paternidade (ADO nº 20/DF)	399
19.2.	Estabilidade da gestante	399
19.3.	Meio ambiente de trabalho.....	405
19.4.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	406
19.4.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância	407
19.4.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	407
19.4.3.	Das medidas para qualificação de mulheres.....	407
19.4.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade.....	408
19.4.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho.....	408
19.4.6.	Do Selo Emprega + Mulher	408
19.5.	Mãe social (Lei nº 7.644/1987).....	408
20.	Terceirização	410
20.1.	Generalidades	410
20.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa	412
20.2.1.	Terceirização na Súmula nº 331 do TST	412

20.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	412
20.2.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	413
20.3.	Quarteirização.....	414
20.4.	Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros	415
20.5.	Requisitos do contrato de terceirização	415
20.6.	Responsabilidade da tomadora.....	415
20.7.	Direitos dos terceirizados.....	416
20.8.	Condições de trabalho	416
20.8.1.	Súmula nº 331 do TST	416
20.8.2.	Lei nº 13.429/2017	417
20.8.3.	Regulamentação pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).....	417
20.9.	Salário equivalente	418
20.9.1.	Súmula nº 331 do TST	418
20.9.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017	418
20.9.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	419
20.9.4.	Tema 383 de Repercussão Geral do STF.....	419
20.10.	Quarentena e Reforma Trabalhista	419
20.10.1.	Súmula nº 331 do TST	419
20.10.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	419
20.10.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017.....	420
20.11.	Período de quarentena do empregado terceirizado	420
20.11.1.	Súmula nº 331 do TST	420
20.11.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	420
20.11.3.	Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	420
20.12.	Inaplicabilidade da legislação às empresas de vigilância e transporte de valores .	421
20.13.	Terceirização e a Administração Pública.....	421
20.14.	Dono da obra.....	425
20.15.	Trabalho temporário.....	426
20.16.	Agências de colocação e recrutamento	428
21.	Contrato de trabalho e relação de trabalho	429
21.1.	Relação de trabalho x Relação de emprego.....	429
21.2.	Contrato de trabalho	429
21.3.	Características do contrato de trabalho	432
21.4.	Elementos do contrato de trabalho	433
21.5.	Efeitos do contrato de trabalho	434
21.5.1.	Dano material e moral	435
21.5.2.	Direito à desconexão.....	443
21.6.	Regulamento de empresa	443
21.7.	Algoritmo e contrato de trabalho.....	444
21.8.	Classificação dos contratos de trabalho	444
21.8.1.	Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	446
21.9.	Contrato para prestação de trabalho intermitente	447
21.10.	Vícios e defeitos do contrato de trabalho (nulidades do contrato de trabalho).....	448
21.11.	Vícios de consentimento e fraudes na relação de emprego	450

21.12. Coleta, mineração, tratamento e processamento de dados	451
21.13. Alteração do Contrato Individual de Trabalho	453
21.14. Transferência de local de trabalho.....	456
21.15. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	457
22. Duração do trabalho e jornada de trabalho.....	460
22.1. Limite de tolerância	464
22.2. Empregados não submetidos à limitação de jornada.....	465
22.3. Regime por tempo parcial	465
22.4. Turnos ininterruptos de revezamento.....	466
22.5. Horas <i>In Itinere</i>	467
22.6. Trabalho noturno	468
22.7. Trabalho extraordinário.....	468
22.8. Compensação.....	469
22.9. Jornadas especiais.....	470
22.10. Períodos de descanso.....	471
22.10.1. Intervalos	471
22.10.2. Intervalo interjornada	474
22.10.3. Descanso semanal remunerado (DSR).....	475
22.11. Férias.....	476
22.11.1. Direitos às férias e sua duração.....	476
22.11.2. Concessão e época das férias.....	477
22.11.3. Remuneração das férias	477
22.11.4. Abono pecuniário de férias.....	478
22.11.5. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	478
22.11.6. Férias coletivas.....	479
23. Salário e remuneração.....	480
23.1. Salário mínimo	481
23.2. Modalidades de salário (classificação)	482
23.3. Parcelas Salariais (composição do salário).....	484
23.4. Gratificações	486
23.5. Décimo terceiro salário	486
23.6. Adicionais salariais.....	487
23.6.1. Adicional de Hora Extraordinário.....	487
23.6.2. Adicional noturno.....	487
23.6.3. Adicional de transferência.....	488
23.6.4. Adicional de periculosidade	488
23.6.5. Adicional de insalubridade	496
23.6.6. Adicional de penosidade	504
23.7. Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias).....	504
23.7.1. Participação nos lucros e resultados – PLR.....	505
23.7.2. Ajuda de custo	505
23.7.3. Diárias para viagem	505
23.7.4. Vale-transporte.....	506
23.7.5. Auxílio-alimentação.....	506

23.7.6.	Prêmios.....	506
23.7.7.	Abonos	507
23.7.8.	Salário-família	507
23.7.9.	Salário-educação	507
23.7.10.	PIS/Pasep	507
23.8.	Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	508
23.9.	Formas e meios de pagamento do salário.....	509
23.10.	Equiparação salarial	510
23.11.	Desvio e acúmulo de função	513
23.12.	Garantias de proteção ao salário.....	513
24.	Estabilidade.....	514
24.1.	Estabilidade por tempo de serviço.....	514
24.2.	Estabilidades provisórias.....	515
24.2.1.	Dirigente sindical.....	515
24.2.2.	Empregado representante da CIPA	516
24.2.3.	Empregado acidentado.....	516
24.2.4.	Empregado público	517
24.2.5.	Estabilidade da gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017)	518
24.2.6.	Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista) ...	520
24.2.7.	Compromissos públicos de manutenção de emprego	521
24.3.	Despedida e reintegração do empregado estável.....	521
24.4.	Renúncia à estabilidade provisória.....	522
24.5.	Teoria da nulidade da despedida arbitrária – Convenção 158 da OIT	522
25.	Fundo de garantia do tempo de Serviço – FGTS	523
25.1.	Hipóteses de saque dos depósitos.....	524
25.2.	Correção do FGTS	525
26.	Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho).....	526
26.1.	Deveres do empregador	528
26.2.	Deveres do empregado	530
26.3.	Ministério do Trabalho e Normas Regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho	530
26.4.	Interdição ou embargo e inspeção prévia	530
26.5.	Acidente de trabalho	531
26.6.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio	535
26.7.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho.....	536
26.8.	Trabalho escravo contemporâneo.....	536
26.9.	Tráfico de pessoas.....	540
26.10.	Trabalho de pessoas migrantes e refugiadas.....	540
27.	Aviso-prévio	541
28.	Término do contrato de trabalho.....	543
28.1.	Dispensa sem justa causa ou arbitrária.....	543
28.2.	Pedido de demissão.....	544
28.3.	Distrato (Reforma Trabalhista).....	544
28.4.	Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca.....	545

28.5.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	547
28.5.1.	Término do contrato por prazo determinado	547
28.5.2.	Força maior	549
28.5.3.	Morte do empregador	550
28.5.4.	Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimento)	550
28.5.5.	Morte do empresário individual	550
28.5.6.	Aposentadoria	550
28.5.7.	Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho)	550
28.6.	Dispensa coletiva	551
28.7.	Seguro-desemprego.....	552
28.8.	Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	552
28.9.	Quitação anual das obrigações trabalhistas.	558
28.10.	Estado de calamidade e legislação de exceção.	558
28.10.1.	Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada.....	559
28.10.2.	Lei nº 14.437/2022.....	561
29.	Prescrição e decadência	561
30.	Supremo Tribunal Federal e o Direito do Trabalho	564
31.	Convenções, Recomendações e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	571

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Henrique Correia

1.	Direito coletivo.....	582
1.1.	Sistemas sindicais	585
1.2.	Princípios específicos.....	585
1.3.	Organização sindical brasileira	589
1.3.1.	Entidades sindicais.....	590
1.3.2.	Cláusulas e condutas antissindicais	595
1.3.3.	Organização interna dos sindicatos.....	597
1.3.4.	Custeio das entidades sindicais.....	598
1.3.5.	Entidades sindicais de grau superior	601
1.3.6.	Centrais sindicais	602
2.	Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho)	602
2.1.	Limites e possibilidade de negociação coletiva no setor público.	604
2.2.	Valorização do negociado	605
2.3.	Vigência dos instrumentos coletivos.....	608
2.4.	Dispensa coletiva e proteção social	609
2.5.	Convenções da OIT.....	610
3.	Conflitos coletivos de trabalho	611
3.1.	Poder normativo da Justiça do Trabalho.....	613
3.2.	Comissão de conciliação prévia.....	614
4.	Greve.....	615

4.1. Greve em serviços essenciais.....	619
5. Da representação dos empregados (Reforma Trabalhista).....	621
6. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.....	623

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Élisson Miessa

1. Princípios.....	630
1.1. As garantias constitucionais do processo.....	630
1.1.1. Devido processo legal.....	630
1.1.2. Princípio do juiz natural.....	631
1.1.3. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	631
1.1.4. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	632
1.1.5. Princípio da publicidade.....	632
1.1.6. Princípio do acesso à justiça (inafastabilidade da jurisdição).....	633
1.2. Princípios do processo do trabalho.....	633
1.2.1. Princípio da proteção.....	633
1.2.2. Princípio da informalidade (instrumentalidade das formas).....	633
1.2.3. Princípio da oralidade.....	633
1.2.4. Princípio da simplicidade.....	633
1.2.5. Princípio da celeridade (duração razoável do processo).....	634
1.2.6. Princípio da conciliação.....	634
1.2.7. Princípio da função social.....	634
1.3. Aplicação dos princípios fundamentais do Processo Civil no Processo do Trabalho.....	634
2. Fontes e integração.....	635
2.1. Autonomia do direito processual do trabalho.....	635
2.2. Interpretação.....	635
2.3. Eficácia da norma processual no tempo e no espaço.....	636
3. Direito de ação e processo na perspectiva constitucional.....	636
4. Justiça do Trabalho.....	637
4.1. Evolução histórica.....	637
5. Coletivização do processo. Métodos extrajudiciais de composição dos conflitos trabalhistas: negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Poder Normativo.....	637
5.1. Coletivização do processo.....	637
5.2. Métodos extrajudiciais de composição de conflitos trabalhistas.....	638
5.2.1. Mediação e conciliação.....	638
5.2.2. Arbitragem.....	639
5.3. Poder Normativo.....	639
6. Processo estrutural.....	639
7. Automação do processo. Inteligência artificial e Direito. Jurimetria. Processo judicial eletrônico. Audiências e sessões telepresenciais. Sessões virtuais.....	640
7.1. Automação do processo. Inteligência artificial e direito. Jurimetria.....	640
7.2. Processo judicial eletrônico.....	641
7.3. Audiências telepresenciais e por videoconferência.....	641

7.4.	Sessão virtual e telepresencial	642
8.	Simulação da lide	642
9.	Órgãos da Justiça do Trabalho	643
9.1.	Composição do TST	643
9.2.	Composição do TRT	643
9.3.	Vara do Trabalho	644
9.4.	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	644
9.5.	Serviços auxiliares da justiça do trabalho	645
10.	Competência	647
10.1.	Critérios de Modificação da Competência	652
10.2.	Conflito de competência	653
11.	Partes e Procuradores no Processo do Trabalho	653
11.1.	Capacidade processual, representação e assistência	653
11.2.	Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	656
11.3.	Sucessão processual	656
11.4.	Substituição processual	657
11.5.	Poderes, deveres e responsabilidade.	657
11.6.	Dos impedimentos e suspeição	658
11.7.	Deveres das partes e daqueles que participam do processo	658
11.8.	Ato atentatório à dignidade da Justiça	659
11.9.	Litigância de má-fé	660
11.10.	Assédio processual	660
12.	Assistência judiciária e justiça gratuita. Mandato: espécies. Honorários advocatícios	661
12.1.	Assistência judiciária e Benefício da Justiça gratuita	661
12.2.	Mandato: espécies	662
12.2.1.	Mandato tácito	662
12.2.2.	Condições de validade do mandato	662
12.2.3.	Atuação sem mandato ou com irregularidade de representação	663
12.3.	Honorários advocatícios	664
13.	Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Espécies. Intervenção anômala. Desconsideração direta e inversa da personalidade jurídica. <i>Amicus curiae</i>	666
13.1.	Litisconsórcio	666
13.2.	Intervenção de terceiros	667
13.3.	Desconsideração da personalidade jurídica	667
13.4.	<i>Amicus curiae</i>	668
14.	Atos processuais	669
14.1.	Atos processuais	669
14.1.1.	Comunicação dos atos processuais	674
15.	Vícios do ato processual	674
15.1.	Nulidades processuais	675
15.1.1.	Princípio da primazia da decisão de mérito	675
16.	Formação do processo	676
16.1.	Saneamento e Organização do Processo	676
16.2.	Suspensão do Processo	676
16.3.	Extinção do processo	678

17. Procedimentos aplicáveis no processo do trabalho.....	678
17.1. Procedimento sumaríssimo	678
17.2. Procedimento sumário	680
17.3. Procedimento ordinário	680
17.4. Negócio Jurídico Processual (Adaptação e flexibilidade negocial ou judicial do procedimento)	681
18. Dissídio individual e petição inicial	681
18.1. Petição inicial.....	681
18.1.1. Cumulação de pedidos.....	682
18.1.2. Aditamento e emenda da petição inicial	683
18.2. Improcedência liminar do pedido	684
18.3. Desistência da reclamação	685
19. Audiências	685
19.1. Acordo judicial	687
19.2. Comparecimento na audiência inaugural e não pagamento das verbas rescisórias incontroversas.....	687
20. Intervenção do Ministério Público do Trabalho como fiscal da ordem jurídica. Hipóteses. Interesse público e social	688
21. Atuação do ministério público nas ações relativas ao pagamento aos dependentes ou sucessores de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....	688
22. Respostas do réu	689
22.1. Reconvenção	691
22.2. Matérias alegáveis após a contestação	691
23. Provas	691
23.1. Princípios da prova.....	691
23.1.1. Contraditório e ampla defesa.....	691
23.1.2. Necessidade.....	692
23.1.3. Oralidade	692
23.1.4. Imediação	692
23.1.5. Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova.....	692
23.2. Ônus da prova	692
23.2.1 Ônus da prova em casos de terceirização na Administração Pública:.....	694
23.3. Valoração da prova.....	696
23.4. Prova emprestada.....	697
23.5. Proibição da prova ilícita	697
23.6. Alteração da ordem de produção dos meios de prova.....	698
23.7. Poderes instrutórios do juiz.....	698
24. Meios de prova.....	699
24.1. Prova digital e Lei Geral de Proteção de dados.....	699
24.2. Interrogatório e depoimento pessoal	700
24.2.1. Confissão.....	700
24.3. Prova documental.....	701
24.3.1. Falsidade de documento	701
24.4. Prova testemunhal	702
24.4.1. Multa aplicada à testemunha.....	703

24.5.	Inspeção Judicial.....	704
24.6	Prova pericial	704
24.7.	Honorários periciais	705
25.	Tutela provisória.....	706
25.1.	Estabilização da tutela antecipada	707
25.2.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	708
26.	Pronunciamentos judiciais: decisão interlocutória e Sentença. Coisa Julgada	709
26.1.	Sentença.....	709
26.1.1.	Classificação.....	709
26.2.	Decisão Interlocutória.....	710
26.3	Fundamentação das decisões	710
26.4.	Técnica de ponderação no Processo do Trabalho.....	711
26.5.	Julgamento antecipado	711
26.6.	Improcedência liminar do pedido	712
26.7.	Efeitos anexos da sentença	712
26.8.	Coisa julgada	713
26.8.1.	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	713
26.8.2.	Relativização da coisa julgada	714
26.9.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito	715
27.	Termo de conciliação	715
28.	Recursos	716
28.1.	Teoria geral dos recursos.....	716
28.1.1.	Tempestividade.....	716
28.1.2.	Preparo	717
28.1.2.1.	Custas processuais.....	717
28.1.2.2.	Depósito recursal	718
28.1.2.2.1.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial.....	720
28.1.3.	Efeito do recurso trabalhista.....	721
28.1.4.	Reexame necessário	721
28.1.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	722
28.1.6.	Poderes do relator	722
28.1.7.	Direito Intertemporal	723
28.2.	Recursos em espécie.....	723
28.2.1.	Embargos de declaração.....	723
28.2.2.	Recurso ordinário	724
28.2.2.1.	Teoria da causa madura.....	725
28.2.3.	Agravo de petição	725
28.2.4.	Agravo de instrumento.....	726
28.2.5.	Recurso de revista	726
28.2.5.1.	Do trancamento do Recurso de Revista	728
28.2.5.2.	Recurso de revista repetitivo	729
28.2.6.	Recurso de embargos para a SDI (embargos de divergência)	730
28.2.7.	Recurso adesivo	731

28.2.8.	Agravo interno e regimental	731
28.2.9.	Recurso extraordinário	732
28.2.10.	Multas processuais	733
28.2.11.	Pedido de revisão	733
28.2.12.	Acórdão, especificidades e nulidades	734
29.	Precedentes judiciais	734
29.1.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	736
29.1.1	Meios de impugnação do julgamento do IRDR.....	736
29.2.	Incidente de assunção de competência	738
29.2.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	738
29.3.	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	738
30.	Liquidação de sentença	739
31.	Cumprimento de sentença. disposições gerais e espécies.....	741
31.1.	Protesto de títulos executivos	742
32.	Execução trabalhista	742
32.1.	Princípios.....	742
32.2.	Execução definitiva e execução provisória.....	744
32.3.	Prescrição intercorrente	744
32.4.	Títulos extrajudiciais e judiciais	744
32.5	Competência para a execução.....	745
32.6.	Legitimidade.....	745
32.7.	Responsabilidade patrimonial	745
32.7.1.	Responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica)	745
32.7.2.	Sucessão de empresas.....	746
32.7.3.	Responsabilidade do Grupo Econômico.....	747
32.7.4.	Responsabilidade na terceirização.....	747
32.8.	Hipoteca judiciária.....	748
32.9.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	749
32.10.	Ferramentas de pesquisa, restrição e constrição de patrimônio.....	749
33.	Execução	749
33.1.	Execução contra a massa falida e empresa em recuperação judicial.....	749
33.2.	Execução por quantia certa de devedor solvente.....	750
33.3.	Execução de obrigação de fazer e não fazer.....	752
33.3.1.	Título judicial.....	752
33.3.2.	Título extrajudicial.....	753
33.4.	Execução de prestações sucessivas.....	754
33.5.	Execução das contribuições previdenciárias	754
33.6.	Penhora	755
33.7.	Pagamento a maior ao exequente	757
34.	Meios de defesa do executado e do terceiro	757
34.1.	Embargos à execução.....	757
34.2.	Exceção de pré-executividade	759
34.3.	Impugnação à decisão de liquidação.....	759
34.4.	Embargos de terceiros	759
34.5.	Expropriação de bens.....	759
34.6.	Remição da execução.....	760

34.7.	Adjudicação	760
34.8.	Arrematação	761
34.9.	Execução contra a Fazenda Pública.....	761
34.10.	Fraude à execução	762
35.	Ação civil pública.....	762
35.1.	Cabimento	762
35.2.	Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	763
35.3.	Competência	763
35.4.	Legitimidade.....	764
35.5.	Tutelas	766
35.5.1.	Tutela inibitória e de remoção de ilícito	767
35.6.	Valor da prova produzida em Inquérito civil.....	767
35.7.	Prescrição.....	768
35.8.	Sentença.....	768
35.9.	Coisa julgada	768
35.10.	Liquidação e execução.....	769
35.11.	Execução de termo de compromisso de ajustamento de conduta.....	769
35.12.	Destinações decorrentes de ações coletivas	770
36.	Ação anulatória de normas convencionais.....	770
37.	Ação de improbidade administrativa. Ação popular. Mandado de segurança coletivo.	
	Mandado de injunção coletivo	771
37.1.	Ação por improbidade administrativa	771
37.2.	Ação popular	772
37.3.	Mandado de Segurança	776
37.4.	Mandado de segurança coletivo	777
37.5.	Mandado de injunção coletivo	778
38.	Ação rescisória.....	778
39.	Ação anulatória de sentença (<i>querela nullitatis</i>).....	784
40.	Inquérito para apuração de falta grave.....	784
41.	Dissídio coletivo.....	785
42.	Ação de cumprimento.....	787
43.	Procedimentos especiais.....	788
43.1.	Consignação em Pagamento.....	788
43.2.	Ação de prestação de contas.....	789
43.3.	Ação monitória	789
43.4.	Reclamação correicional	790
43.5.	Reclamação	791
43.6.	<i>Habeas corpus</i>	792
43.7.	<i>Habeas data</i>	793
43.8.	Ações possessórias	793
43.9.	Interdito proibitório	793
44.	Jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.....	793

DIREITO CIVIL E DIREITO DE EMPRESA

Plínio Moura

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO E AO DIREITO CIVIL.	798
1.1. Constitucionalização do Direito Civil.....	799

1.2.	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e as regras de Interpretação e Integração Normativa.	800
1.2.1.	Vigência da lei no tempo.	800
1.2.2.	Aplicação e Conflito das leis no tempo. Princípio da irretroatividade. Direito adquirido. Coisa julgada. Relativização da coisa julgada.	802
1.2.3.	Aplicação e Conflito das leis no espaço.	805
1.2.4.	Hermenêutica Jurídica. Regras e métodos de interpretação do direito.	806
1.2.5.	Regras de integração do direito. Analogia, costume, princípios gerais de direito e equidade. Ordem de aplicação dos métodos de integração.	807
1.2.6.	Regras da LINDB sobre a Segurança Jurídica – Lei 13.655, de 25.04.18.	809
1.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.	811
CAPÍTULO 2. PESSOAS NATURAIS.		811
2.1.	Conceito e distinções: Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica.	811
2.2.	Teoria das Incapacidades.	813
2.3.	Proteção dos interesses dos incapazes. Aplicação da Lei nº 6.858/1980. Proteção a grupos vulneráveis. Proteção dos direitos dos indígenas. Igualdade racial. Igualdade de gênero. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Atuação do Ministério Público do Trabalho.	814
2.4.	Direitos da personalidade. Dignidade humana. Teoria do mínimo existencial.	818
2.5.	Fim da Existência da Pessoa Natural.	820
2.5.1.	Morte Real x Morte Civil.	820
2.5.2.	Comoriência (tempo x espaço).	820
2.5.3.	Morte Presumida – Procedimentos Judiciais para a Declaração da Morte Presumida.	821
2.5.3.1.	Procedimento de Declaração de Morte Presumida <u>SEM</u> prévia Decretação de Ausência.	821
2.5.3.2.	Procedimento de Declaração de Morte Presumida <u>COM</u> prévia Decretação de Ausência.	821
2.6.	Domicílio da Pessoa Natural.	823
2.7.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.	824
CAPÍTULO 3. PESSOA JURÍDICA.		825
3.1.	As pessoas jurídicas: classificação, constituição e normas gerais. Entes despersonalizados.	826
3.2.	Direitos da Personalidade.	827
3.3.	Normas Gerais de Administração e Responsabilidade.	827
3.4.	Desconsideração da personalidade jurídica. Abuso da personalidade jurídica.	827
3.5.	Dissolução da Pessoa Jurídica.	829
3.6.	Classificação.	829
3.6.1.	Associações.	831
3.6.2.	Fundações.	831
3.7.	Domicílio Civil das Pessoas Jurídicas.	832
3.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.	833
CAPÍTULO 4. BENS.		833
4.1.	Conceito de Bens.	833
4.2.	Espécies e Classificação.	833
4.2.1.	Bens Considerados em si mesmos.	833

4.2.2.	Bens Reciprocamente Considerados	835
4.2.3.	Bens Públicos	837
4.3.	Bem de família e outros bens impenhoráveis	837
4.4.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais	840
CAPÍTULO 5. FATOS JURÍDICOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS		840
5.1.	Teoria Geral do Fato Jurídico. Atos Jurídicos.....	840
5.2.	Negócio Jurídico	841
5.2.1.	Manifestação e interpretação das declarações de vontade.....	841
5.2.2.	Elementos e requisitos de validade. Condição, termo e encargo	842
5.2.3.	Negócio Jurídico: Defeitos e Invalidades. Representação	846
5.2.3.1.	Representação	847
5.2.3.2.	Invalidades: Nulidade e anulabilidade	847
5.2.3.3.	Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão	848
5.2.3.4.	A Simulação	851
5.3.	A Prova do Negócio Jurídico.....	851
5.3.1.	Confissão (arts. 213-214).....	851
5.3.2.	Prova Documental (arts. 215-226)	852
5.3.3.	Prova Testemunhal (arts. 227-228)	852
5.3.4.	Presunções	853
5.3.5.	Perícia.....	853
5.4.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	853
CAPÍTULO 6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....		853
6.1.	Distinções	853
6.2.	Hipóteses de Suspensão	854
6.3.	Hipóteses de Interrupção	855
6.4.	Prazos prescricionais.....	855
6.5.	Prescrição Intercorrente	857
6.6.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	857
CAPÍTULO 7. OBRIGAÇÕES		858
7.1.	Obrigações: conceito e elementos	858
7.2.	Modalidades e Classificação	858
7.2.1.	Classificação Geral	858
7.2.1.1.	Dar coisa certa.....	859
7.2.1.2.	Dar coisa incerta (arts. 243-246)	859
7.2.1.3.	Fazer e Não Fazer (arts. 247-251).....	859
7.2.2.	Classificações Especiais	860
7.2.2.1.	Cumulativas, Alternativas e Facultativas (arts. 252-256, do CC)	860
7.2.2.2.	Divisíveis x Indivisíveis (arts. 257-263).....	860
7.2.2.3.	Solidárias (arts. 264-285)	861
7.2.2.4.	Obrigações de Meio, de Resultado e de Garantia	862
7.2.2.5.	Obrigações Civas, Naturais e Morais	862
7.2.2.6.	Obrigações de Execução Instantânea, Diferida e Continuada/ Periódica.....	863

7.2.2.7.	Obrigações Puras e Simples; Condicionais; a Termo e Modais..	863
7.2.2.8.	Obrigações Líquidas e Ilíquidas	863
7.2.2.9.	Obrigações principais e acessórias.....	864
7.3.	Transmissão.....	864
7.3.1.	Cessão de Crédito.....	864
7.3.2.	Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas	865
7.4.	Adimplemento e Extinção das Obrigações	865
7.4.1.	Teoria Geral do Pagamento – Extinção Direta.....	865
7.4.2.	Regras Especiais de Extinção Indireta	866
7.5.	Descumprimento das Obrigações	867
7.5.1.	Inadimplemento Absoluto x Relativo	868
7.5.2.	Espécies de Mora e suas consequências	868
7.5.3.	Mora do Devedor: Juros de Mora, Atualização Monetária e Honorários Advocatícios	868
7.5.4.	Cláusula Penal.....	869
7.5.5.	Arras.....	869
7.5.6.	Multa Cominatória	869
7.6.	Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.....	871
7.6.1.	Pagamento Indevido.....	872
7.6.2.	Enriquecimento sem causa	872
7.7.	Insolvência. Preferências e privilégios creditórios. Efeitos e regras legais	873
7.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	874
CAPÍTULO 8.	CONTRATOS.....	875
8.1.	Contratos. Disposições Gerais	875
8.1.1.	Princípios do Direito Contratual. Adimplemento Substancial.	875
8.1.2.	Classificação.....	878
8.1.3.	Formação dos Contratos.....	881
8.1.4.	Garantias Legais: Evicção e Vícios redibitórios.....	881
8.1.4.1.	Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios	881
8.1.4.2.	Proteção do Adquirente em face de Evicção.....	882
8.1.5.	Da extinção dos contratos: exceção do contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. Teoria da Imprevisão	882
8.1.5.1.	Extinção Normal	882
8.1.5.2.	Extinção Anormal.....	883
8.1.5.2.1.	Extinção Anormal por Causas Antecedentes ou Concomitantes.....	883
8.1.5.2.2.	Extinção Anormal por Causas Supervenientes. Distrato. Exceção do Contrato não Cumprido. Teoria da Imprevisão. Resolução por Onerosidade Excessiva ...	883
8.2.	Espécies de contratos: compra e venda, doação, empréstimo, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, transporte de coisas e de pessoas, locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada.....	885
8.2.1.	Compra e Venda	885
8.2.2.	Doação.....	886

8.2.3.	Empréstimo (comodato e mútuo).....	887
8.2.3.1.	Mútuo.....	887
8.2.3.2.	Comodato.....	888
8.2.4.	Prestação de serviço.....	888
8.2.5.	Empreitada.....	889
8.2.6.	Depósito.....	890
8.2.7.	Mandato.....	890
8.2.8.	Transporte de Pessoas e de Coisas.....	891
8.2.9.	Locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada	892
8.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	892
CAPÍTULO 9. RESPONSABILIDADE CIVIL.....		893
9.1.	Atos ilícitos e Abuso de Direito. Obrigação de indenizar. Atos ilícitos praticados por pessoas jurídicas	893
9.2.	Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil e penal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidades solidária e subsidiária. Responsabilidade patrimonial e extrapatrimonial.....	894
9.2.1.	Responsabilidade Contratual x Extracontratual / Aquiliana	894
9.2.2.	Responsabilidade Objetiva x Subjetiva	895
9.2.3.	Responsabilidade Solidária x Subsidiária	895
9.2.4.	Responsabilidade Civil x Penal	896
9.2.5.	Responsabilidade Patrimonial x Extrapatrimonial	896
9.3.	Elementos da Responsabilidade civil. Responsabilidade por fato próprio e por fato de terceiro. Responsabilidade civil preventiva. Socialização dos riscos. Dano material, moral e estético. Danos à pessoa. Danos sociais. Dano existencial e dano à imagem. Dano moral coletivo. Quantificação.....	896
9.3.1.	Conduta Humana. Responsabilidade por fato próprio e por fato de terceiro.....	896
9.3.2.	Nexo de causalidade	897
9.3.3.	Dano. Responsabilidade civil preventiva. Socialização dos riscos. Dano material, moral e estético. Danos à pessoa. Danos sociais. Dano existencial e dano à imagem. Dano moral coletivo. Quantificação.....	897
9.3.3.1.	Responsabilidade Civil Preventiva e Socialização dos Riscos	898
9.3.3.2.	Espécies de Dano.....	898
9.3.3.3.	Quantificação dos Danos	901
9.3.4.	Culpa	902
9.4.	Excludentes da Responsabilidade Civil. Caso Fortuito e Força Maior.....	902
9.4.1.	Excludentes da ILICITUDE (Legítima Defesa, Exercício Regular de Direito, Estrito Cumprimento de Dever Legal e Estado de Necessidade)	902
9.4.2.	Excludentes da CAUSALIDADE (Caso Fortuito, Força Maior, Culpa Exclusiva da Vítima e Fato de Terceiro)	902
9.5.	Transmissibilidade da Responsabilidade Civil.....	903
9.6.	Responsabilidade Civil por Fato da Coisa	903
9.7.	Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas.....	904
9.8.	Responsabilidade Civil por Crime. Efeitos da Sentença Criminal	904
9.8.1.	Homicídio e Acidente com evento morte	904

9.8.2.	Lesão Corporal e demais Acidentes Incapacitantes.....	904
9.8.3.	Crime Patrimonial.....	905
9.8.4.	Crime contra a Honra	905
9.8.5.	Crime contra a Liberdade Pessoal	905
9.9.	Responsabilidade civil: inteligência artificial e algoritmos	905
9.10.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	905
CAPÍTULO 10.	DIREITOS REAIS	908
10.1.	Posse.....	909
10.1.1.	Conceito.....	909
10.1.2.	Classificação, composses e desdobramento da posse.....	909
10.1.3.	Posse X Detenção	910
10.1.4.	Modos de aquisição e perda da posse.....	911
10.1.5.	Efeitos.....	912
10.2.	Direitos Reais	913
10.2.1.	Distinções entre Direitos Reais e Direitos Obrigacionais e Figuras Híbridas	913
10.2.2.	Classificação dos Direitos Reais	914
10.2.3.	Direito Real na Coisa Própria – Propriedade	915
10.2.3.1.	Estrutura, Faculdades, Poderes e Características.....	915
10.2.3.2.	Extensão	916
10.2.3.3.	A descoberta.....	916
10.2.3.4.	Função socioambiental da propriedade e sua concretização ...	916
10.2.3.5.	Propriedade resolúvel (<i>ad tempus</i>)	917
10.2.3.6.	Aquisição da propriedade imóvel: registro público, acessões e usucapião.....	918
10.2.3.6.1.	Registro (arts. 1.245-1.247, do CC)	918
10.2.3.6.2.	Acessão (arts. 1.248-1.259, do CC).....	918
10.2.3.6.3.	Usucapião (arts. 1.238-1.244, do CC).....	919
10.2.3.7.	Aquisição da propriedade móvel	921
10.2.3.7.1.	Tradição (arts. 1267-1268, do CC).....	921
10.2.3.7.2.	Ocupação (art. 1263, do CC).....	921
10.2.3.7.3.	Usucapião (arts. 1260-1262, do CC).....	921
10.2.3.7.4.	Achado de Tesouro (arts. 1264-1266, do CC).....	922
10.2.3.7.5.	Especificação (arts. 1269-1271, do CC).....	922
10.2.3.7.6.	Comistão, Confusão e Adjunção (arts. 1272-1274, do CC)	922
10.2.3.8.	A perda da propriedade	923
CAPÍTULO 11.	TEORIA DA EMPRESA	923
11.1.	Empresa: conceito	923
11.2.	Do empresário e do exercício da empresa: caracterização, inscrição e capacidade	924
11.2.1.	Caracterização: Exercício da Empresa, Capacidade e Impedimentos.....	924
11.2.2.	Registro e inscrição	926
11.3.	Institutos Complementares: Estabelecimento Empresarial, Nome Empresarial, Escrituração e Prepostos.....	927

11.3.1.	Estabelecimento Empresarial.....	927
11.3.2.	Nome Empresarial	928
11.3.3.	Escrituração e Registro	929
11.3.4.	Prepostos	932
11.4.	Compliance: conceito. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira..	932
CAPÍTULO 12.	DIREITO SOCIETÁRIO.....	935
12.1.	Sociedade: normas gerais	936
12.2.	Sociedades não personificadas	937
12.2.1.	Sociedade em Comum	937
12.2.2.	Sociedade em Conta de Participação.....	938
12.3.	Sociedades personificadas: espécies	938
12.4.	Sociedade limitada.....	938
12.5.	Sociedade cooperativa. Cooperativa de prestação de serviços. Cooperativa Social	939
12.6.	Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades	942
12.7.	Sociedade anônima: conceito, características e espécies. Deveres e responsabilidade dos administradores e diretores. Condição jurídica dos empregados eleitos para a Diretoria. Holding patrimonial e familiar	943
CAPÍTULO 13.	DIREITO FALIMENTAR.....	945
CAPÍTULO 14.	CONTRATOS MERCANTIS.....	947
CAPÍTULO 15.	DIREITO DO CONSUMIDOR.....	950
15.1.	Princípios de regência e direitos básicos.....	951
15.2.	Desconsideração da personalidade jurídica	952
15.3.	Proteção contratual.....	953
15.4.	A defesa do consumidor em juízo	954
15.5.	Convenção Coletiva de Consumo.....	955
CAPÍTULO 16.	Marco Civil da Internet. Responsabilidade civil: Algoritmos e Inteligência Artificial.....	955
16.1.	Princípios, Garantias, Direitos e Deveres essenciais no Marco Civil da Internet.....	955
16.2.	Responsabilidade Civil na Internet.....	958
	Referências Bibliográficas.....	963

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Élisson Miessa

1.	Evolução do Ministério Público.....	968
1.1.	Antecedentes históricos	968
1.2.	Ministério Público nas Constituições	968
1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	968
2.	Princípios, Garantias, Vedações e Deveres dos Membros do Ministério Público	969
2.1.	Princípios do Ministério Público	969
2.2.	Garantias do Ministério Público.....	970
2.3.	Prerrogativas.....	970
2.4.	Vedações do Ministério Público	971
2.5.	Deveres	972
3.	Organização, estrutura e atribuições constitucionais do Ministério Público	972

3.1.	Modelos de atuação.....	972
3.2.	Atribuições constitucionais.....	973
3.3.	Expedição de notificações e requisições.....	973
4.	O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Resoluções do CNMP.....	974
4.1.	Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	976
4.2.	Órgãos Colegiados.....	976
4.3.	Ouvidorias.....	976
5.	Ministério Público da União. Lei Complementar nº 75/93. Carreira. Instrumentos de atuação. Responsabilidade civil, penal e administrativa.....	976
5.1.	Estrutura.....	976
5.2.	Organização.....	977
5.3.	Carreira.....	977
5.4.	Instrumentos de atuação.....	978
5.5.	Responsabilidade civil, penal e administrativa.....	981
6.	Ministério Público dos Estados. Lei Orgânica Nacional (Lei nº 8.625/93).....	982
7.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	982
8.	Litiscônsorcio entre ministérios públicos.....	982
9.	Ministério Público do Trabalho.....	982
9.1.	Organização da carreira (Art. 86 da LC 75/93).....	982
9.2.	Organização da Instituição.....	983
9.2.1.	Procurador-Geral do Trabalho (arts. 87 a 92 da LC nº 75/93).....	983
9.2.2.	Colégio de Procuradores (arts. 93 e 94 da LC nº 75/93).....	984
9.2.3.	Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (arts. 95 a 98 da LC nº 75/93).....	985
9.2.4.	Câmara de Coordenação e Revisão do MPT (arts. 99 a 103 da LC nº 75/93).....	986
9.2.5.	Corregedoria-Geral do MPT (arts. 104 a 106 da LC nº 75/93).....	987
9.3.	Atribuições judiciais e extrajudiciais.....	987
9.4.	Coordenadorias Nacionais temáticas do MPT. Resoluções do CSMPT.....	989
9.5.	Enunciados da Câmara de Coordenação e Revisão.....	990
10.	Instrumentos de atuação extrajudicial em tutela coletiva.....	998
10.1.	Notícia de Fato.....	998
11.	Procedimento preparatório.....	998
12.	Inquérito Civil.....	998
13.	Poderes de investigação: requisição, notificação, inspeção e realização de diligências.....	1000
14.	Procedimento Administrativo para acompanhamento de ações estratégicas.....	1000
15.	Termos de ajustamento de conduta.....	1001
16.	Recomendação.....	1002
17.	Audiência pública.....	1003

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Luciano Alves Rossato

1.	As Normas Fundamentais do Direito Processual Civil.....	1013
1.1.	Os Princípios e as Regras Processuais.....	1013

1.1.1.	Normas Fundamentais do Processo Civil (Princípios e regras).....	1013
1.2.	Aplicação das Normas Processuais.....	1018
1.2.1.	Interpretação da norma processual	1018
1.2.2.	Norma processual no tempo e no espaço.	1018
1.2.3.	Direito Processual Intertemporal	1018
1.3.	Efetividade Processual	1019
1.4.	Acesso à Justiça	1019
1.5.	Processo Eletrônico	1019
1.6.	Processo e ideologia	1021
1.7.	Constitucionalização do Processo Civil. O Processo Civil na dimensão dos direitos fundamentais	1022
2.	Jurisdição, competência e ação	1022
2.1.	Jurisdição	1022
2.1.1.	Conceito, princípios, natureza e classificações da jurisdição.....	1022
2.1.2.	Limites da jurisdição nacional.....	1023
2.1.3.	Cooperação internacional	1025
2.2.	Competência	1025
2.2.1.	Definição.....	1025
2.2.2.	Regra da perpetuação da competência	1025
2.2.3.	Competência da Justiça Federal.....	1026
2.2.4.	Competência nas ações de direito pessoal e direito real sobre bem móvel	1028
2.2.5.	Competência para as ações fundadas em direito real sobre imóveis.....	1028
2.2.6.	Exceções à regra de competência das ações pessoais.....	1029
2.2.7.	Modificação Legal da Competência.....	1029
2.2.8.	Foro de eleição	1030
2.2.9.	Incompetência.....	1031
2.2.10.	Conflito de competência.....	1031
2.2.11.	Cooperação nacional.....	1032
2.2.12.	Dos atos concertados entre os juízes cooperantes	1032
2.3.	Ação	1032
2.3.1.	Conceito	1032
2.3.2.	Elementos identificadores da ação	1032
2.3.3.	Condições da Ação.....	1033
2.3.4.	Classificação.....	1034
2.3.5.	Ação e Pretensão	1035
2.3.6.	Direito de ação na perspectiva constitucional.....	1035
2.3.7.	Direito à adequada tutela jurisdicional	1035
3.	Processo.....	1035
3.1.	Natureza jurídica	1035
3.2.	Processo e Relação Jurídica Processual.....	1036
3.3.	Pressupostos processuais	1036
3.4.	Garantias constitucionais do processo	1038
3.5.	Objeto do processo.....	1038

3.6.	Processo estrutural	1038
4.	Dos sujeitos do processo.....	1038
4.1.	Das partes e dos seus procuradores	1038
4.1.1.	Capacidade de ser parte	1038
4.1.2.	Capacidade da pessoa jurídica	1039
4.1.3.	Vício por incapacidade processual ou irregularidade da representação da parte	1040
4.1.4.	Deveres das partes	1040
4.1.5.	Sentidos da expressão “parte”	1041
4.1.6.	Legitimação extraordinária	1041
4.1.7.	Alienação da coisa litigiosa	1042
4.1.8.	Sucessão processual	1042
4.1.9.	Dos Procuradores	1042
4.2.	Juiz e auxiliares da justiça. Poderes. Responsabilidades.....	1043
4.2.1.	Incumbências do juiz	1043
4.2.2.	Proibição do <i>non liquet</i>	1044
4.2.3.	Decisão por equidade	1044
4.2.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei.....	1044
4.2.5.	Responsabilidade civil do juiz	1044
4.2.6.	Impedimento e da Suspeição do Juiz	1045
4.2.7.	Arguição de Impedimento ou de Suspeição	1046
4.2.8.	Auxiliares da Justiça	1047
4.3.	Ministério Público	1047
4.3.1.	Perfil Constitucional	1047
4.3.2.	Intervenção como parte.....	1047
4.3.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica.....	1047
4.3.4.	Poderes investigatórios	1048
4.3.5.	Responsabilidades	1048
4.3.6.	Impedimentos e suspeição	1048
4.4.	Advocacia pública.....	1048
4.4.1.	Atribuição	1048
4.4.2.	Prerrogativas das pessoas jurídicas de direito público	1048
4.5.	Defensoria pública.....	1048
4.5.1.	Missão institucional	1048
4.5.2.	Prerrogativa	1049
4.6.	Abuso do exercício do direito processual. Atos atentatórios à dignidade da justiça. Litigância de má-fé	1049
4.7.	Despesas, Honorários Advocatícios e das Multas	1050
4.7.1.	Despesas	1050
4.7.2.	Honorários advocatícios.....	1050
4.7.3.	Multas	1053
4.7.4.	Caução real do residente no exterior	1053
4.8.	Gratuidade da Justiça	1053
4.9.	Litisconsórcio.....	1053

4.9.1.	Definição	1053
4.9.2.	Classificação do litisconsórcio	1054
4.9.3.	Intervenção de terceiros	1055
5.	Atos Processuais	1061
5.1.	Dos Fatos Processuais.....	1061
5.2.	Atos Processuais: parte geral	1061
5.2.1.	Conceito	1061
5.2.2.	Forma dos atos processuais	1061
5.2.3.	Segredo de justiça	1061
5.3.	Negócio jurídico processual e o calendário processual	1062
5.4.	Prática eletrônica de atos processuais.....	1062
5.5.	Atos das Partes.....	1062
5.5.1.	Classificação.....	1062
5.5.2.	Produção imediata de efeitos como regra	1063
5.5.3.	A desistência da ação	1063
5.6.	Pronunciamentos do juiz	1064
5.6.1.	Os Pronunciamentos Judiciais	1064
5.6.2.	Das Sentenças.....	1064
5.6.3.	Decisões interlocutórias.....	1065
5.6.4.	Os despachos	1066
5.7.	Atos dos auxiliares do juízo.....	1066
5.8.	Do tempo dos atos processuais.....	1066
5.9.	Lugar dos atos processuais.....	1067
5.10.	Dos prazos processuais.....	1067
5.11.	Preclusão	1068
5.12.	Comunicação dos atos processuais.....	1068
5.13.	Citação	1069
5.14.	Intimação	1071
5.15.	Das nulidades	1072
6.	Direito Fundamental à tutela jurisdicional tempestiva	1072
6.1.	Tutelas de Urgência e da Evidência.....	1072
6.2.	Tutela de Urgência: antecipada e cautelar.....	1072
6.3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente	1073
6.4.	Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela	1074
6.5.	Tutela Cautelar antecedente.....	1074
6.6.	Tutela da Evidência.....	1075
6.7.	Estabilização da tutela antecipada	1075
6.8.	Responsabilidade objetiva	1076
7.	Da formação do Processo, Suspensão e Extinção do Processo	1076
7.1.	Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição	1076
7.2.	A Propositura da Ação.....	1076
7.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida	1077
7.4.	Da Suspensão do Processo.....	1077
7.4.1.	Efeito da Suspensão: paralisação do processo.....	1077
7.5.	Extinção do Processo	1077

7.5.1.	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito	1077
8.	Procedimento comum	1077
8.1.	Aspectos iniciais	1077
8.2.	Petição inicial.....	1078
8.2.1.	Requisitos	1078
8.2.2.	Controle da petição inicial.....	1079
8.2.3.	Vícios da Petição Inicial.....	1079
8.2.4.	Pedido	1079
8.2.5.	Indeferimento da petição inicial	1081
8.3.	Improcedência liminar do pedido	1082
8.4.	Audiências	1083
8.4.1.	Da audiência de conciliação e mediação	1083
8.4.2.	Audiências telepresenciais	1083
8.5.	Contestação	1084
8.5.1.	Reações possíveis do réu	1084
8.5.2.	Momento do oferecimento da contestação	1084
8.5.3.	Intempestividade da contestação	1085
8.5.4.	Princípio da concentração e da eventualidade	1085
8.5.5.	Defesa processual – as preliminares	1085
8.5.6.	Ilegitimidade do réu	1086
8.5.7.	Protocolo da petição no caso de incompetência relativa ou absoluta	1086
8.5.8.	Ônus da impugnação especificada	1087
8.5.9.	Questões preliminares, prejudiciais de mérito e mérito.....	1087
8.6.	Reconvenção	1087
8.6.1.	Natureza jurídica	1087
8.6.2.	Forma	1087
8.6.3.	Requisitos	1087
8.6.4.	Partes na reconvenção.....	1087
8.6.5.	Desistência da ação principal ou causa extintiva.....	1088
8.6.6.	Procedimento.....	1088
8.7.	Revelia.....	1089
8.7.1.	Noção.....	1089
8.7.2.	Efeitos da revelia	1089
8.8.	Providências preliminares e de saneamento	1089
8.9.	Julgamento conforme o estado do processo	1090
8.10.	Audiência de instrução e julgamento	1091
8.11.	Provas	1091
8.11.1.	Conceito e disposições gerais	1091
8.11.2.	Prova ilícita	1091
8.11.3.	Sistema de apreciação da prova.....	1092
8.11.4.	Provas típicas e atípicas	1092
8.11.5.	Prova emprestada.....	1092
8.11.6.	Distribuição do ônus probatório.....	1092
8.11.7.	Provas digitais	1092

8.11.8.	Produção probatória para autocomposição.....	1093
8.11.9.	Deveres e direitos probatórios.....	1093
8.11.10.	Iniciativa probatória do juiz, do Ministério Público e das partes	1093
8.11.11.	Ata notarial.....	1094
8.11.12.	Depoimento pessoal	1094
8.11.13.	Confissão.....	1094
8.11.14.	Exibição de documento ou coisa.....	1094
8.11.15.	Prova documental	1095
8.11.16.	Documentos eletrônicos.....	1095
8.11.17.	Prova testemunhal	1095
8.11.18.	Prova pericial	1096
8.11.19.	Inspeção judicial	1097
8.11.20.	Indícios e presunções.....	1097
9.	Sentença, coisa julgada e liquidação	1097
9.1.	Sentença.....	1097
9.1.1.	Conceito	1097
9.1.2.	Classificações de sentença	1097
9.1.3.	Princípio da adstrição, congruência ou da correlação	1098
9.1.4.	Elementos das sentenças.....	1099
9.1.5.	Conteúdo mínimo da sentença.....	1099
9.1.6.	Publicação, correção e integração da sentença.....	1099
9.1.7.	Efeitos da sentença de mérito.....	1100
9.1.8.	Interpretação da sentença	1100
9.1.9.	Decisões parciais de mérito.....	1100
9.2.	Remessa necessária.....	1100
9.3.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa	1101
9.3.1.	Tutela específica da obrigação e resultado prático equivalente.....	1101
9.3.2.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito.....	1101
9.4.	Coisa julgada	1102
9.4.1.	Conceito	1102
9.4.2.	Questão principal e questão prejudicial	1102
9.4.3.	Coisa julgada formal e material.....	1102
9.4.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	1103
9.4.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	1103
9.4.6.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	1103
9.4.7.	Coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis</i>	1103
9.5.	Liquidação	1104
9.5.1.	Liquidação Provisória e Definitiva	1104
9.5.2.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título	1104
9.5.3.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	1104
9.5.4.	Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública	1104

9.5.5.	Iniciativa da Liquidação.....	1105
9.5.6.	Procedimentos para Apuração do Valor.....	1105
9.5.7.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação	1105
10.	Cumprimento de Sentença	1105
10.1.	Disposições Gerais.....	1105
10.1.1.	Princípio do dispositivo	1105
10.1.2.	Intimação do Devedor	1106
10.1.3.	Títulos executivos judiciais.....	1106
10.1.4.	Competência para a fase de cumprimento de sentença	1107
10.1.5.	Admissibilidade do protesto	1107
10.1.6.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes	1107
10.1.7.	Legitimados no cumprimento de sentença.....	1108
10.2.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	1108
10.2.1.	Cabimento do cumprimento provisório	1108
10.2.2.	Regime do cumprimento provisório	1108
10.2.3.	Requerimento do cumprimento de sentença.....	1109
10.2.4.	Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa	1109
10.3.	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	1111
10.4.	Constituição de capital	1114
10.5.	Patrimônio de afetação.....	1114
10.6.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação em face da Fazenda Pública.....	1114
10.6.1.	Procedimento de cumprimento diferenciado	1114
10.6.2.	Requerimento de Iniciação da Fase de Cumprimento Definitivo da Obrigação de Pagar Quantia Certa	1115
10.6.3.	Da Intimação do Representante Judicial da Fazenda Pública.....	1115
10.6.4.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução	1115
10.6.5.	Impugnação ao cumprimento de sentença	1115
10.6.6.	A Impugnação Parcial e o Cumprimento de Sentença	1117
10.6.7.	Efeito da Impugnação	1117
10.6.8.	Pronunciamento que Decide a Impugnação	1117
10.6.9.	Da Execução da Obrigação de Pagar Fundada em Título Executivo Extrajudicial	1117
10.7.	Precatório e obrigação de pequeno valor	1118
10.7.1.	Regime de Precatórios.....	1118
10.7.2.	Requisições de Pequeno Valor	1119
10.8.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de entregar coisa	1119
10.8.1.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a exigibilidade de obrigação de Fazer ou de não fazer	1119
10.8.2.	A obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente	1120

10.8.3.	Adoção das técnicas executiva e mandamental	1120
10.8.4.	Cumprimento de Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	1120
11.	Procedimentos Especiais.....	1121
11.1.	Ação de Consignação em Pagamento	1121
11.2.	Embargos de terceiro	1123
11.3.	Habilitação.....	1125
11.4.	Ação monitória	1126
11.5.	Oposição	1127
11.6.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	1128
12.	Processo de Execução.....	1129
12.1.	Regras Gerais	1129
12.1.1.	Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução.....	1129
12.1.2.	Ato atentatório à Dignidade da Justiça.....	1130
12.1.3.	Desistência da Execução	1130
12.1.4.	Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor.....	1131
12.2.	Das Partes	1131
12.3.	Competência	1131
12.4.	Requisitos para realizar qualquer execução.....	1131
12.5.	Responsabilidade Patrimonial.....	1132
12.6.	Fraude à execução	1132
12.7.	Das diversas espécies de execução	1132
12.7.1.	Direito de Preferência.....	1132
12.7.2.	Nulidade da execução.....	1133
12.8.	Da Execução para a Entrega de Coisa.....	1133
12.9.	Da Entrega de Coisa Incerta	1134
12.10.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer.....	1134
12.11.	Da Execução por Quantia Certa.....	1135
12.11.1.	Disposições Gerais.....	1135
12.11.2.	Despacho Inicial	1135
12.11.3.	Averbação acautelatória	1136
12.11.4.	Citação Inicial	1136
12.11.5.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo.....	1137
12.11.6.	Penhora	1137
12.11.7.	Avaliação.....	1139
12.11.8.	Meios Expropriatórios	1140
12.11.9.	Satisfação do Crédito	1145
12.11.10.	Execução contra a Fazenda Pública	1146
12.12.	Embargos à Execução	1146
12.12.1.	Natureza Jurídica	1146
12.12.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos.....	1147
12.12.3.	Efeito Suspensivo.....	1148
12.12.4.	Pronunciamento que decide os embargos.....	1148

12.13.	Suspensão e extinção do processo de execução	1148
13.	Processos de competência originária dos tribunais	1149
13.1.	Precedentes	1149
13.1.1.	Fixação de tese jurídica e uniformização, estabilidade e integridade	1149
13.1.2.	Precedentes e súmulas judiciais. Súmulas vinculantes. Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes	1149
13.1.3.	Julgamento de casos repetitivos	1150
13.2.	Incidente de assunção de competência	1150
13.3.	Do incidente de arguição de inconstitucionalidade	1151
13.4.	Conflito de competência	1152
13.4.1.	As Espécies de Conflito de Competência	1152
13.4.2.	Competência para o Julgamento	1152
13.5.	Ação rescisória	1153
13.5.1.	Conceito	1153
13.5.2.	Objeto da Ação Rescisória	1153
13.5.3.	A rescisão de Apenas Um Capítulo da Decisão	1154
13.5.4.	Competência para Julgamento	1154
13.5.5.	Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	1154
13.5.6.	Observância do prazo decadencial	1155
13.5.7.	Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa	1156
13.5.8.	Hipóteses indicadas no art. 966 CPC	1157
13.5.9.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória	1158
13.6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	1158
13.6.1.	Finalidade	1158
13.6.2.	Abrangência	1159
13.6.3.	Legitimação	1159
13.6.4.	Vinculação	1159
13.6.5.	Suspensão de todos os processos determinada pelo STF ou pelo STJ	1159
13.7.	Reclamação	1159
13.7.1.	Natureza Jurídica e Finalidade	1159
13.7.2.	Inadmissibilidade	1160
13.7.3.	Transcendência dos Motivos Determinantes	1160
13.8.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória	1160
14.	Recursos: parte geral	1160
14.1.	Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	1160
14.2.	Princípios Recursais	1161
14.3.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos	1163
14.4.	Efeitos dos recursos	1168
14.5.	Do recurso adesivo	1169
14.6.	Do recurso parcial	1170
14.7.	Julgamento não unânime	1170
14.8.	Julgamento monocrático dos recursos pelo relator.	1171
15.	Recursos em espécie	1171

15.1.	Apelação	1171
15.2.	Agravos (Agravado de Instrumento e Agravado Interno)	1173
15.2.1.	Agravado de Instrumento	1173
15.2.2.	Agravado Interno	1173
15.2.3.	Agravado regimental	1174
15.3.	Embargos de declaração	1174
16.	Ações Constitucionais e Processo Civil nos Sistemas de Controle de Constitucionalidade	1174
16.1.	Mandado de Segurança	1174
16.1.1.	Conceito	1174
16.1.2.	O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança	1175
16.1.3.	Legitimidade ativa e passiva no mandado de segurança individual	1175
16.1.4.	A autoridade apontada como coatora	1176
16.1.5.	Limitação à utilização do mandado de segurança	1177
16.1.6.	Competência	1177
16.1.7.	Tutela provisória	1178
16.1.8.	Desistência da ação	1178
16.1.9.	Sentença e coisa julgada no mandado de segurança	1178
16.1.10.	Cumprimento de Sentença	1179
16.1.11.	Os recursos no mandado de segurança	1179
16.1.12.	Mandado de Segurança Coletivo	1180
16.1.13.	Execução Individual da Sentença Coletiva	1181
16.1.14.	Sustentação oral em Tribunal	1181
16.2.	Tutela coletiva	1181
16.2.1.	Tutela de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Teoria geral do processo coletivo	1181
16.2.2.	Ação civil pública e ação coletiva	1182
16.2.3.	Competência	1182
16.2.4.	Procedimento	1183
16.2.5.	Legitimidade. Litisconsórcio e assistência	1183
16.2.6.	Desistência	1184
16.2.7.	Continência e conexão	1184
16.2.8.	Litispêndência	1184
16.2.9.	Prescrição e decadência	1184
16.2.10.	Sentença	1184
16.2.11.	Tutelas provisórias	1184
16.2.12.	Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito	1184
16.2.13.	Recursos	1184
16.2.14.	Coisa julgada	1184
16.2.15.	Liquidação	1185
16.2.16.	Execução coletiva	1186
16.2.17.	Destinações decorrentes de ações coletivas	1186
16.2.18.	Atuação do Ministério Público	1186
16.3.	Ação popular	1186
16.3.1.	Definição	1186

16.3.2.	Legitimação para a propositura da ação popular	1187
16.3.3.	Polo passivo	1187
16.3.4.	Do Procedimento da Ação Popular	1187
16.3.5.	Da Sentença na Ação Popular	1188
16.3.6.	Da Coisa Julgada	1188
16.3.7.	Remessa Necessária	1188
16.4.	<i>Habeas data</i>	1189
16.4.1.	Previsão constitucional e regulamentação procedimental	1189
16.4.2.	Legitimidade	1189
16.4.3.	Condições específicas para a ação	1189
16.4.4.	Aspectos procedimentais	1189
16.5.	Ação de Improbidade Administrativa	1189
16.6.	Mandado de injunção coletivo	1190
16.7.	O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade	1190
16.7.1.	Observações Gerais	1190
16.7.2.	Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade	1191
16.7.3.	Medida Cautelar	1191
16.7.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	1191
16.7.5.	Ações Cíveis Constitucionais	1191
16.7.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	1191
17.	Atuação extrajudicial do Ministério Público	1192
17.1.	Inquérito civil	1192
17.2.	Poderes de investigação	1193
17.3.	Valor de prova	1194
17.4.	Termo de compromisso de conduta	1194
17.5.	Execução	1195
17.6.	Métodos autocompositivos: negociação, mediação, conciliação e convenções processuais	1195

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leandro Bortoleto

1.	Direito Administrativo: conceito, objeto e fontes	1200
2.	Princípios da Administração Pública	1201
3.	Administração Pública. Estrutura. Personalidade de direito público. Centralização, descentralização, desconcentração e privatização. Administração Pública direta e indireta. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações públicas. Agências reguladoras e executivas	1203
4.	Setor público não estatal: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	1212
5.	Agentes públicos: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados. Agentes de fato. Servidor público. Empregado público. Cargo, emprego e função pública. Concurso público. Sistema de cotas. Contratação por tempo determinado. Cargo e emprego público em comissão. Funções de confiança. Direito de sindicalização e direito de greve do servidor público	1214
5.1.	Regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Sindicância e processo administrativo disciplinar	1225

6. Poderes (hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia). Polícia administrativa e judiciária. Poder de polícia e direitos fundamentais. Abuso de poder. Excesso de poder. Desvio de poder	1234
7. Ato administrativo: conceito, requisitos, elementos, atributos e classificação. Vinculação e discricionariedade. O mérito do ato administrativo. Vícios ou defeitos do ato administrativo. A teoria das nulidades no Direito Administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Teoria dos motivos determinantes. Revogação, anulação, cassação, convalidação e conversão do ato administrativo. Validade, vigência e eficácia do ato administrativo. Autoexecutoriedade do ato administrativo	1237
8. Licitação: conceito, modalidades e hipóteses de dispensa e inexigibilidade. Habilitação fiscal, social e trabalhista. Habilitação econômico-financeira. Contrato administrativo: conceito, elementos, formação, fiscalização e extinção. Contratos de serviços continuados	1244
9. Serviço público: conceito, princípios, classificação e garantias. Modalidades da atividade administrativa do Estado. Concessão e permissão de serviços públicos. Hipóteses legais e obrigações contratuais. Parcerias Público-Privadas (PPP). Contratos de parceria público-privada	1263
10. Controle interno e externo da Administração Pública. Recursos administrativos. Coisa julgada administrativa. Controle jurisdicional: meios e limites. Políticas públicas Teoria da reserva do possível	1273
11. Responsabilidade civil do Estado: fundamentos jurídicos. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Responsabilidade sem culpa, responsabilidade por ato do servidor e por atos não administrativos (legislativos e judiciais). Responsabilidade por ação e por omissão. Prescrição. Ação regressiva	1282
12. Bens públicos: classificação e características. Imprescritibilidade, impenhorabilidade, inalienabilidade e não onerosidade	1285
13. Improbidade Administrativa	1287
14. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira	1295

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

Parte I – Edital Sistematizado	1301
1. Apresentação	1301
2. Edital sistematizado	1301
Parte II – Seguridade Social	1303
1. Conceito, organização e disposições constitucionais relativas à seguridade social	1303
1.1. Saúde	1303
1.1.1. Ações para fornecimento de medicamentos	1305
1.2. Assistência Social	1309
1.3. Previdência Social	1309
2. Princípios constitucionais da seguridade social	1311
3. Aspectos constitucionais da previdência social	1314
4. Princípios da previdência social	1315
Parte III – Os Regimes de Previdência Social Existente	1317
Parte IV – Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	1319
1. Do regime geral de previdência social	1319

1.1.	Dos segurados.....	1319
1.2.	Dos dependentes.....	1325
1.3.	Filiação e Inscrição.....	1327
2.	Das espécies de prestações.....	1329
2.1.	Carência mínima de contribuições à previdência social.....	1329
2.2.	Salário de benefício.....	1330
2.3.	Renda mensal inicial.....	1331
2.4.	Reajustamento e revisão dos benefícios.....	1331
3.	Dos benefícios em espécie.....	1332
3.1.	Do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	1332
3.2.	Do auxílio-acidente.....	1336
3.3.	Da aposentadoria por incapacidade permanente.....	1338
3.4.	Da aposentadoria programada (idade + tempo de contribuição).....	1340
3.5.	Da aposentadoria especial.....	1343
3.6.	Aposentadoria da pessoa com deficiência.....	1345
3.7.	Do salário-família.....	1346
3.8.	Do salário-maternidade.....	1347
3.9.	Da pensão por morte.....	1350
3.10.	Do auxílio-reclusão.....	1351
3.11.	Acumulação de benefícios previdenciários – RGPS.....	1353
3.12.	Abono anual ou gratificação natalina.....	1353
3.13.	Prescrição e decadência.....	1353
3.14.	Habilitação e reabilitação profissional.....	1354
3.15.	Serviço Social.....	1354
3.16.	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	1355
	Parte V – Acidente do Trabalho.....	1357
1.	Acidente do trabalho típico.....	1357
2.	Acidente do trabalho atípico.....	1357
3.	Acidente do trabalho por equiparação.....	1357
4.	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário.....	1358
5.	Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT.....	1359
6.	Estabilidade do acidentado.....	1359
7.	Ações Regressivas.....	1359
8.	Seguro Acidente do Trabalho - SAT.....	1360
9.	Fator Acidentário de Prevenção - FAP.....	1361
	Parte VI – Financiamento da Seguridade Social.....	1363
1.	Do Financiamento da Seguridade Social.....	1363
2.	Do salário de contribuição.....	1365
3.	Da contribuição dos segurados.....	1369
3.1.	Da contribuição dos empregados, domésticos e trabalhadores avulsos.....	1369
3.2.	Da contribuição do segurado contribuinte individual.....	1369
3.3.	Contribuição do segurado facultativo.....	1370
3.4.	Contribuição do segurado especial.....	1371
4.	Da Contribuição do Empregador Doméstico, das Empresas, das Entidades Equiparadas às Empresas e do Microempreendedor Individual (MEI).....	1371
	Parte VII – Seguro Desemprego.....	1375
1.	Introdução.....	1375

2.	Condições para concessão do seguro-desemprego	1375
2.1.	Pescador artesanal: seguro-defeso	1376
2.2.	Trabalhador resgatado	1377
3.	Suspensão e cancelamento do seguro-desemprego	1377
4.	Outras questões	1378
Parte VIII – Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência (TNU)		1381
1.	Segurados da previdência social	1381
1.1.	Empregados	1381
1.2.	Segurados especiais	1381
1.3.	Segurados contribuintes individuais	1382
2.	Dependentes do regime geral de previdência social	1382
3.	Os benefícios previdenciários	1383
3.1.	Auxílio por incapacidade temporária	1383
3.2.	Auxílio-acidente	1384
3.3.	Aposentadoria por incapacidade permanente	1384
3.4.	Aposentadorias voluntárias	1385
3.5.	Aposentadoria especial	1386
3.6.	Salário-maternidade	1386
3.7.	Pensão por morte	1387
3.8.	Outras súmulas acerca de benefícios	1387
4.	Do financiamento da seguridade social	1388
4.1.	Das contribuições sociais	1388
4.2.	Do salário de contribuição	1388
4.3.	Da contribuição das empresas	1389
4.4.	Da decadência e prescrição das contribuições da seguridade social	1391
5.	Benefício de prestação continuada da assistência social – BPC	1391
6.	SEguro-desemprego	1391

DIREITO PENAL

Danilo da Cunha Sousa

1.	Do crime	1396
1.1.	Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos	1398
1.1.1.	Conduta	1398
1.1.2.	Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva	1399
1.1.3.	Tipicidade	1401
1.2.	Antijuricidade	1401
1.3.	Culpabilidade	1403
1.4.	Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível	1404
1.5.	Erro	1405
2.	Do concurso de pessoas	1406
2.1.	Da responsabilidade penal da pessoa jurídica	1407
3.	Crimes contra a pessoa	1408
3.1.	Crimes de periclitção da vida e da saúde	1408
3.2.	Crimes contra a honra	1409

3.3. Crimes contra liberdade pessoal	1412
3.4. Crimes contra a divulgação de segredos	1415
4. Dos crimes contra o patrimônio	1417
5. Crimes contra a organização do trabalho	1419
6. Crimes contra a dignidade sexual	1421
7. Dos crimes contra a incolumidade pública (crimes contra a saúde pública)	1423
8. Dos crimes contra a fé pública	1424
9. Crimes contra Administração pública.	1427
9.1. Crimes praticados por particulares contra a administração em geral.....	1427
9.2. Crimes contra a Administração da Justiça	1429
9.3. Crimes em licitações e contratos administrativos.....	1432
10. Crimes contra a seguridade social	1433
11. Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).....	1434
12. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor	1440
13. Crimes contra a pessoa com deficiência	1441
14. Crimes previstos no estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003)	1442
15. Crimes previstos na Lei n. 9.029/1995 e Lei n. 12.984/2014	1443
16. Crimes previstos na lei de agrotóxico	1444

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO COMUNITÁRIO

Paulo Lépure

1. Evolução histórica do Direito Internacional Público. Terminologia. Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.	1448
2. Fontes do Direito Internacional Público. Costume internacional. Princípios gerais. Jurisprudência e doutrina. Atos unilaterais. Deliberações de organizações internacionais. Analogia e equidade no Direito Internacional. Normas imperativas. <i>Jus cogens</i> . Obrigações <i>erga omnes</i> . <i>Soft law</i>	1449
3. Sujeitos do Direito Internacional Público. Estados, organizações internacionais e pessoas naturais. Convenções de Viena de 1961 e 1963.	1450
4. Órgãos das relações entre os Estados: agentes diplomáticos e representantes consulares.	1451
5. Prerrogativas e imunidade de jurisdição dos Estados e das organizações internacionais: origem, fundamentos, limites e evolução. Imunidade de execução. Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações constitucionais.	1452
5.1. Imunidade de jurisdição	1452
5.2. Imunidade de execução	1453
5.3. Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações constitucionais.	1453
6. Tratados internacionais: vigência e aplicação. Exigibilidade e efetividade. Hierarquia. Interpretação dos tratados no âmbito internacional e no âmbito nacional. Controle de convencionalidade. Diálogo entre os órgãos judiciais nacionais e internacionais. Conflito entre decisão nacional e internacional.	1457
7. Organização Internacional do Trabalho: história, natureza jurídica, princípios e objetivos. Estrutura. Órgãos: Conselho de Administração, Repartição Internacional do Trabalho e Conferência ou Assembleia Geral. Constituição da OIT. Declaração de Filadélfia.	1461
8. Organização Mundial do Comércio e concorrência internacional. "Dumping social", "cláusula social" e "selo social"	1462
9. Conflito de leis no espaço: os princípios da <i>lex loci executionis</i> e de <i>locus regit actum</i>	1462

10. Normas internacionais de proteção contra a discriminação. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.	1463
10.1. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Nelson Mandela). Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Privativas de Liberdade para as Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).	1464
10.2. Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal do Conselho da Europa (Convenção 108+).....	1465
11. Evolução histórica do Direito Internacional Privado. Princípios. Igualdade e tolerância. Interpretação e aplicação do direito estrangeiro. Princípios <i>lex loci executiones</i> e do <i>locus regit actum</i> . Relação entre Direito Internacional e Direito Interno. Fontes do Direito Internacional Privado. Pluralidade de objeto. Fato transnacional e suas características.....	1466
12. Normas de aplicação imediata. Prova do direito estrangeiro. Princípio da ordem pública. Fraude à lei no Direito Internacional Privado.....	1467
13. Domínio marítimo. Jurisdição sobre embarcações no alto mar. Navios e aeronaves no Direito Internacional. Jurisdição do Estado costeiro: alcance e limites. Princípio do centro de gravidade.	1468
14. Direito Comunitário: conceito, princípios e orientações sociais. Fontes. União Europeia e Unasul. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): constituição, natureza jurídica, estrutura. Sistema de solução de controvérsias.	1469
14.1. União Europeia	1469
14.2. Mercosul. Constituição. Livre circulação de trabalhadores.....	1470
15. Jurisprudência aplicável dos Tribunais Superiores.	1470

DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO

Tiago Anibal

1. Ecologia: teorias e conceitos básicos. Direito e Ecologia. Direito do Trabalho e Ecologia. Interdisciplinaridade do Direito Ambiental do Trabalho. Antropoceno. Distinção humano/cultura e natureza: panorama e crítica. Crise climática. Trabalho e transição ecológica justa. Sociedade de risco	1480
1.1. Ecologia: teorias e conceitos básicos.....	1480
1.2. Direito e Ecologia	1481
1.3. Direito do Trabalho e Ecologia	1483
1.4. Interdisciplinaridade do Direito Ambiental do Trabalho.....	1483
1.5. Antropoceno. Distinção humano/cultura e natureza: panorama e crítica. Crise climática.....	1484
1.6. Trabalho e transição ecológica justa.....	1486
1.7. Sociedade de risco.....	1487
2. Meio ambiente e Constituição. Estado Socioambiental de Direito e Estado Ecológico de Direito. Mínimo existencial ecológico. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Direito fundamental ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado. Direito fundamental à vida, à saúde e à incolumidade física e psíquica do trabalhador. Direitos ambientais procedimentais. Deveres fundamentais de proteção do ambiente. Eficácia horizontal. Função socioambiental da propriedade.....	1487
2.1. Meio ambiente e Constituição. Estado Socioambiental de Direito e Estado Ecológico de Direito.....	1487

2.2.	Mínimo existencial ecológico	1489
2.3.	Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	1490
2.4.	Direito fundamental ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado	1490
2.5.	Direito fundamental à vida, à saúde e à incolumidade física e psíquica do trabalhador	1491
2.6.	Direitos ambientais procedimentais	1492
2.7.	Deveres fundamentais de proteção do ambiente	1495
2.8.	Eficácia horizontal.....	1496
2.9.	Função socioambiental da propriedade	1496
3.	Meio ambiente. Meio ambiente do trabalho. Proteção jurídica da saúde e segurança do trabalhador. Política de saúde do trabalhador. Vigilância e saúde. Saúde mental no trabalho. Normas ambientais com repercussão sobre saúde e segurança do trabalhador. Competência jurisdicional, legislativa e regulamentar.....	1497
3.1.	Meio ambiente.....	1497
3.2.	Meio ambiente do trabalho	1498
3.3.	Proteção jurídica da saúde e segurança do trabalhador.....	1499
3.4.	Política de saúde do trabalhador	1500
3.5.	Vigilância e saúde	1503
3.6.	Saúde mental no trabalho	1504
3.7.	Normas ambientais com repercussão sobre saúde e segurança do trabalhador	1505
3.8.	Competência jurisdicional, legislativa e regulamentar	1507
4.	Princípios de Direito Ambiental do Trabalho: princípio da precaução, princípio da prevenção, princípio do poluidor-pagador, princípio do desenvolvimento sustentável, princípio da informação ambiental, princípio da educação ambiental, princípio da participação, princípio da vedação do retrocesso socioambiental, princípio <i>in dubio pro ambiente</i> , princípio da transversalidade, princípio da solidariedade ambiental.....	1507
4.1.	Princípio da precaução	1507
4.2.	Princípio da prevenção	1508
4.3.	Princípio do poluidor-pagador	1508
4.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável	1509
4.5.	Princípio da informação ambiental	1509
4.6.	Princípio da educação ambiental.....	1510
4.7.	Princípio da participação	1511
4.8.	Princípio da vedação do retrocesso socioambiental	1511
4.9.	Princípio <i>in dubio pro ambiente</i>	1512
4.10.	Princípio da transversalidade	1513
4.11.	Princípio da solidariedade ambiental.....	1513
5.	Fontes de Direito Ambiental do Trabalho: Constituição Federal, tratados internacionais de Direitos Humanos, opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos, convenções da OIT e legislação em matéria de saúde no trabalho. Hierarquia das convenções da OIT e dos tratados internacionais em matéria ambiental. Diálogo das fontes.....	1514
5.1.	Fontes de Direito Ambiental do Trabalho: Constituição Federal, tratados internacionais de Direitos Humanos, opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos, convenções da OIT e legislação em matéria de saúde no trabalho.....	1514
5.2.	Hierarquia das convenções da OIT e dos tratados internacionais em matéria ambiental	1515
5.3.	Diálogo das fontes.....	1515

6.	Poluição ambiental trabalhista. Conceito, riscos ambientais trabalhistas e repercussões.	
	Greve ambiental	1516
6.1.	Poluição ambiental trabalhista. Conceito	1516
6.2.	Riscos ambientais trabalhistas e repercussões	1517
6.3.	Greve ambiental	1517
7.	Trabalho em condições prejudiciais à saúde e à segurança. trabalho perigoso, insalubre e penoso. Adicionais	1518
7.1.	Trabalho em condições prejudiciais à saúde e à segurança	1518
7.2.	Trabalho perigoso, insalubre e penoso. Adicionais	1519
8.	Legislação de saúde e segurança do trabalhador. Normas regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho urbano e rural. Nexo técnico epidemiológico. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA). Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (SESMT). Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO). Programa de gerenciamento de riscos (PGR)	1520
8.1.	Legislação de saúde e segurança do trabalhador	1520
8.2.	Normas regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalho urbano e rural ..	1520
8.3.	Nexo técnico epidemiológico	1522
8.4.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	1522
8.5.	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	1523
8.6.	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	1523
8.7.	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)	1524
9.	Responsabilidade civil ambiental. Teorias. Risco. Responsabilidade civil preventiva. Responsabilidade intergeracional. Dano ambiental trabalhista presente e futuro. Prescrição. Prevenção, abrangência e reparação do dano ambiental trabalhista. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica	1524
9.1.	Responsabilidade civil ambiental	1524
9.2.	Teorias. Risco	1525
9.3.	Responsabilidade civil preventiva. Responsabilidade intergeracional. Dano ambiental trabalhista presente e futuro	1525
9.4.	Prescrição	1527
9.5.	Prevenção, abrangência e reparação do dano ambiental trabalhista	1527
9.6.	Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica	1528
10.	Política nacional de segurança de barragens. Sistema nacional de informações sobre segurança de barragens. Lei de barragens.	1530
10.1.	Política Nacional de Segurança de Barragens	1530
10.2.	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens	1531
10.3.	Lei de Barragens	1531
11.	Legislação de agrotóxicos	1532
12.	Jurisprudência dos tribunais superiores sobre Direito Ambiental do Trabalho	1533